



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.893-A, DE 2019

(Do Sr. Renildo Calheiros)

Institui o Fundo Especial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - FUNPHAN; tendo parecer da Comissão de Cultura, pela aprovação deste, e pela rejeição das Emendas apresentadas na Comissão (relatora: DEP. ALICE PORTUGAL).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

CULTURA;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD); E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Cultura:

- Emendas apresentadas (3)
- Parecer da relatora
- Parecer da Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Especial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - FUNPHAN, com a finalidade de assegurar recursos financeiros para execução de ações de recuperação e preservação do acervo patrimonial tombado pela União e pelos Estados.

Parágrafo único. Os recursos do Fundo a que se refere o **caput** serão destinados preferencialmente para os Municípios brasileiros que possuam no respectivo território bens patrimoniais declarados como “*Patrimônio Mundial*” pela Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura – UNESCO.

Art. 2º O FUNPHAN contará com receitas oriundas das seguintes fontes:

I – recursos orçamentários da União;

II – um por cento da renda líquida dos concursos de prognósticos administrados pela Caixa Econômica Federal;

III – produto de operações de crédito internas e externas;

IV - doações e legados de pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras;

V – recursos de fundos patrimoniais (endowment funds), criados com o objetivo arrecadar, gerir e destinar doações de pessoas físicas e jurídicas privadas para programas, projetos e demais finalidades de interesse público, em conformidade como o disposto na Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019;

VI – repasses de organismos internacionais com atuação na área cultural ou na proteção a patrimônios da humanidade;

VII – transferências resultantes de convênios firmados com os demais Entes da Federação;

VIII – recursos de outras fontes previstas em lei.

Art. 3º Os recursos do FUNPHAN serão aplicados exclusivamente em projetos e atividades de recuperação e preservação do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico nacional, nos termos do regulamento, sem prejuízo da implantação de ações no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Cultura –

PRONAC, com recursos de que trata o art. 2º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

§ 1º A aplicação dos recursos do Fundo poderá ser feita por meio de convênios e outros instrumentos de cooperação firmados pela União com Estados e Municípios que possuam acervo tombado.

§ 2º A liberação de recursos prevista no § 1º fica condicionada a contrapartidas financeiras ou de outra natureza por parte dos Entes beneficiados nos termos definidos em cada convênio.

§ 3º Terão preferência na liberação de recursos da União por meio do Fundo de que trata esta Lei os Estados, cujo Fundo de fomento à cultura, criado nos termos do § 6º do art. 216 da Constituição Federal, apoia financeiramente projetos de preservação de bens tombados nos respectivos territórios.

Art. 4º A gestão do Fundo poderá contar com a participação de representantes da sociedade civil oriundos dos Estados nos quais haja bens de reconhecido valor cultural, nos termos de regulamento.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do ano subsequente ao da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A iniciativa legal que ora estamos apresentando ao exame de nossos Pares tem a finalidade de assegurar recursos para a execução de ações de recuperação e preservação do acervo patrimonial tombado em todo o território nacional. Ela tem o propósito de oferecer instrumento financeiro que possibilita ao Poder Público melhores condições para cumprir o papel de proteger, de fato, o patrimônio cultural brasileiro.

Como é de amplo conhecimento, a Constituição Federal, em seu art. 23, III, determina que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a proteção dos documentos, das obras e outros bens de valor histórico, arquitetônico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos, assim como impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.

Ademais, o Decreto-Lei nº 25, de 1937, diploma legal ainda vigente, ao dispor sobre a proteção do patrimônio histórico, arquitetônico e artístico nacional,

prevê, no art. 19, que a União assumirá o ônus da manutenção da coisa tombada, caso o proprietário não disponha de recursos para proceder à sua conservação e reparação.

Assim, na medida em que os bens culturais são reconhecidos e tombados, como de elevado interesse público, sob tutela do Estado e a serviço da memória da nossa sociedade, nada mais justo que o próprio Poder Público, incluindo aí a União, os Estados e os Municípios, destine recursos para a preservação de tais bens, sobretudo nos casos especiais em que são declarados como “*Patrimônio Mundial*” pela Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura – UNESCO. Além de Brasília, a UNESCO reconheceu sítios culturais do Patrimônio Mundial nos Municípios de São Luís, Olinda, São Cristóvão, São Raimundo Nonato, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Congonhas, Diamantina, Ouro Preto, Goiás, São Miguel das Missões.

A preservação desse rico patrimônio, acumulado ao longo do tempo, em muitos casos com o imenso sacrifício de abnegados, demanda fluxo constante e significativo de recursos público, sob pena de ocorrer a inevitável e irrecuperável degradação dos bens.

É por esse motivo que decidimos propor novamente a criação de um Fundo para destinar recursos para a preservação de nossos bens de elevado valor histórico, arquitetônico, artístico e cultural, reunindo entre outras receitas, a parcela de um por cento da renda líquida dos concursos de prognósticos administrados pela Caixa Econômica Federal, para garantir uma fonte específica no orçamento da União para aplicação na finalidade aqui proposta.

A aplicação dos recursos do Fundo poderá ser feita, nos termos do presente projeto de lei, mediante convênios ou outros instrumentos de cooperação firmados pela União com Estados e Municípios que possuam acervo tombado, de forma a beneficiar preferencialmente aqueles entes que enfrentam as dificuldades maiores para dispensar os cuidados devidos ao patrimônio histórico e artístico existente nos respectivos territórios.

Acreditando nos benefícios que o presente projeto de lei trará para a preservação do patrimônio cultural nacional, contamos com o apoio dos ilustres Colegas para a aprovação desta medida legal.

Sala das Sessões, em 29 de março de 2019.

Deputado RENILDO CALHEIROS

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

**TÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO**

**CAPÍTULO II
DA UNIÃO**

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;
- II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
- III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
- IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;
- V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação; (*Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015, republicada no DOU de 3/3/2015*)
- VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
- VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;
- VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;
- IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;
- X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;
- XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;
- XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Parágrafo único. Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional. (*Parágrafo único com redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006*)

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

II - orçamento;

III - juntas comerciais;

IV - custas dos serviços forenses;

V - produção e consumo;

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IX - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação; (*Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015, republicada no DOU de 3/3/2015*)

X - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;

XI - procedimentos em matéria processual;

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

XIII - assistência jurídica e defensoria pública;

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

XV - proteção à infância e à juventude;

XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

TÍTULO VIII DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

Seção II Da Cultura

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I - despesas com pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida;

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. ([Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003](#))

Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

§ 1º O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios:

I - diversidade das expressões culturais;

II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;

III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;

IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;

V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;

VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;

VII - transversalidade das políticas culturais;

VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;

IX - transparência e compartilhamento das informações;

X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;

XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;

XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

§ 2º Constitui a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da Federação:

I - órgãos gestores da cultura;

II - conselhos de política cultural;

III - conferências de cultura;

IV - comissões intergestores;

V - planos de cultura;

VI - sistemas de financiamento à cultura;

VII - sistemas de informações e indicadores culturais;

VIII - programas de formação na área da cultura; e

IX - sistemas setoriais de cultura.

§ 3º Lei federal disporá sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, bem como de sua articulação com os demais sistemas nacionais ou políticas setoriais de governo.

§ 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias. ([Artigo acrescido pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012](#))

Seção III Do Desporto

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

LEI N° 13.800, DE 4 DE JANEIRO DE 2019

Autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais; altera as Leis nºs 9.249 e 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e 12.114 de 9 de dezembro de 2009; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a constituição de fundos patrimoniais com o objetivo de arrecadar, gerir e destinar doações de pessoas físicas e jurídicas privadas para programas, projetos e demais finalidades de interesse público.

Parágrafo único. Os fundos patrimoniais constituídos nos termos desta Lei poderão apoiar instituições relacionadas à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação, à cultura, à saúde, ao meio ambiente, à assistência social, ao desporto, à segurança pública, aos direitos humanos e a demais finalidades de interesse público.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, consideram-se:

I - instituição apoiada: instituição pública ou privada sem fins lucrativos e os órgãos a ela vinculados dedicados à consecução de finalidades de interesse público e beneficiários de programas, projetos ou atividades financiados com recursos de fundo patrimonial;

II - organização gestora de fundo patrimonial: instituição privada sem fins lucrativos instituída na forma de associação ou de fundação privada com o intuito de atuar exclusivamente para um fundo na captação e na gestão das doações oriundas de pessoas físicas e jurídicas e do patrimônio constituído;

III - organização executora: instituição sem fins lucrativos ou organização internacional reconhecida e representada no País, que atua em parceria com instituições apoiadas e que é responsável pela execução dos programas, dos projetos e de demais finalidades de interesse público;

IV - fundo patrimonial: conjunto de ativos de natureza privada instituído, gerido e administrado pela organização gestora de fundo patrimonial com o intuito de constituir fonte de recursos de longo prazo, a partir da preservação do principal e da aplicação de seus rendimentos;

V - principal: somatório da dotação inicial do fundo e das doações supervenientes à sua criação;

VI - rendimentos: o resultado auferido do investimento dos ativos do fundo patrimonial;

VII - instrumento de parceria: acordo firmado entre a organização gestora de fundo patrimonial e a instituição apoiada, que estabelece o vínculo de cooperação entre as partes e que determina a finalidade de interesse público a ser apoiada, nos termos desta Lei;

VIII - termo de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público: acordo firmado entre a organização gestora de fundo patrimonial, a instituição apoiada e, quando necessário, a organização executora, que define como serão despendidos os recursos destinados a programas, projetos ou atividades de interesse público; e

IX - (VETADO).

Parágrafo único. (VETADO).

LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991

Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC e dá outras Providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor de modo a:

I - contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais;

II - promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais;

III - apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores;

IV - proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional;

V - salvaguardar a sobrevivência e florescimento dos modos de criar, fazer e viver da sociedade brasileira;

VI - preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro;

VII - desenvolver a consciência internacional e o respeito aos valores culturais de outros povos ou nações;

VIII - estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória;

IX - priorizar o produto cultural originário do País.

Art. 2º O PRONAC será implementado através dos seguintes mecanismos:

- I - Fundo Nacional da Cultura - FNC;
- II - Fundos de Investimento Cultural e Artístico - FICART;
- III - Incentivo a projetos culturais.

§ 1º Os incentivos criados por esta Lei somente serão concedidos a projetos culturais cuja exibição, utilização e circulação dos bens culturais deles resultantes sejam abertas, sem distinção, a qualquer pessoa, se gratuitas, e a público pagante, se cobrado ingresso. ([Parágrafo único transformado em § 1º pela Lei nº 11.646, de 10/3/2008](#))

§ 2º É vedada a concessão de incentivo a obras, produtos, eventos ou outros decorrentes, destinados ou circunscritos a coleções particulares ou circuitos privados que estabeleçam limitações de acesso. ([Parágrafo acrescido pela Lei nº 11.646, de 10/3/2008](#))

§ 3º Os incentivos criados por esta Lei somente serão concedidos a projetos culturais que forem disponibilizados, sempre que tecnicamente possível, também em formato acessível à pessoa com deficiência, observado o disposto em regulamento. ([Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.146, de 6/7/2015, publicada no DOU de 7/7/2015, em vigor 180 dias após a publicação](#))

Art. 3º Para cumprimento das finalidades expressas no artigo 1º desta Lei, os projetos culturais em cujo favor serão captados e canalizados os recursos do PRONAC atenderão, pelo menos, a um dos seguintes objetivos:

I - incentivo à formação artística e cultural, mediante:

- a) concessão de bolsas de estudo, pesquisa e trabalho, no Brasil ou no exterior, a autores, artistas e técnicos brasileiros ou estrangeiros residentes no Brasil;
- b) concessão de prêmios a criadores, autores, artistas, técnicos e suas obras, filmes, espetáculos musicais e de artes cênicas em concursos e festivais realizados no Brasil;
- c) instalação e manutenção de cursos de caráter cultural ou artístico, destinados a formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal da área da cultura, em estabelecimentos de ensino sem fins lucrativos.

II - fomento à produção cultural e artística, mediante:

- a) produção de discos, vídeos, obras cinematográficas de curta e média metragem e filmes documentais, preservação do acervo cinematográfico bem assim de outras obras de reprodução videofonográfica de caráter cultural; ([Alínea com redação dada pela Medida Provisória nº 2228-1, de 6/9/2001, em vigor a partir de 1/1/2007](#))

- b) edição de obras relativas às ciências humanas, às letras e às artes;
- c) realização de exposições, festivas de arte, espetáculos de artes cênicas, de música e de folclore;
- d) cobertura de despesas com transporte e seguro de objetos de valor cultural destinados a exposições públicas no País e no exterior;
- e) realização de exposições, festivais de arte e espetáculos de artes cênicas ou congêneres.

III - preservação e difusão do patrimônio artístico, cultural e histórico, mediante:

- a) construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como de suas coleções e acervos;
- b) conservação e restauração de prédios, monumentos, logradouros, sítios e demais espaços, inclusive naturais, tombados pelos Poderes Públicos;
- c) restauração de obras de arte e bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural;
- d) proteção do folclore, do artesanato e das tradições populares nacionais.

IV - estímulo ao conhecimento dos bens e valores culturais, mediante:

- a) distribuição gratuita e pública de ingressos para espetáculos culturais e artísticos;
- b) levantamentos, estudos e pesquisas na área da cultura e da arte e de seus vários segmentos;
- c) fornecimento de recursos para o FNC e para fundações culturais com fins específicos ou para museus, bibliotecas, arquivos ou outras entidades de caráter cultural.

V - apoio a outras atividades culturais e artísticas, mediante:

a) realização de missões culturais no país e no exterior, inclusive através do fornecimento de passagens;
 b) contratação de serviços para elaboração de projetos culturais;
 c) ações não previstas nos incisos anteriores e consideradas relevantes pelo Ministro de Estado da Cultura, consultada a Comissão Nacional de Apoio à Cultura. ([Alínea com redação dada pela Lei nº 9.874, de 23/11/1999](#))

.....

DECRETO-LEI N° 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937

Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL,
 usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

DECRETA:

.....

CAPÍTULO III DOS EFEITOS DO TOMBAMENTO

.....

Art. 19. O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que fôr avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

§ 1º Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.

§ 2º A falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa.

§ 3º Uma vez que verifique haver urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las, a expensas da União, independentemente da comunicação a que alude este artigo, por parte do proprietário.

Art. 20. As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-los sempre que fôr julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de cem mil réis, elevada ao dobro em caso de reincidência.

.....



**COMISSAO DE CULTURA
PROJETO DE LEI Nº 1.893 de 2019
(Do Sr. RENILDO CALHEIROS)**

Institui o Fundo Especial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - FUNPHAN.

Emenda nº 1

O art. 1º do Projeto de Lei nº 1.893 de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído o Fundo Especial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – FUNPHAN com a finalidade de assegurar recursos financeiros para a execução de projetos de conservação e de gestão de bens culturais tombados em nível federal, estadual ou municipal.

§1º O FUNPHAN será gerido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

§2º Os recursos financeiros do FUNPHAN que forem destinados aos Municípios observarão, nos termos do regulamento, três categorias:

- a) Municípios com bens culturais tombados somente por um Ente federado;
- b) Municípios com bens culturais tombados por mais de um Ente federado; e
- c) Municípios com bens culturais tombados em nível federal, que também sejam reconhecidos como “Patrimônio Mundial Cultural” pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, observado o Decreto 9.763, de 11 de abril de 2019.

§ 3º A aplicação dos recursos do FUNPHAN priorizará projetos de conservação, nos termos definidos pelo IPHAN.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com os incisos III e IV do art. 23 da Constituição Federal, são competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; e impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB

Aos Municípios, conforme o inciso IX do art. 30 da Carta Magna, compete promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Nesse aspecto, ainda é importante evidenciar que a Constituição Federal, no §1º do seu art. 216, determina que o poder público, com a colaboração da comunidade, deve promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação.

Diante das competências constitucionais municipais, no tocante ao patrimônio cultural, faz-se então necessário garantir recursos financeiros originários do Fundo Especial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (FUNPHAN) aos Municípios, que devem ser compreendidos em sua diversidade.

Nesse sentido, o texto da emenda, a fim de assegurar que as especificidades dos Municípios brasileiros sejam consideradas, evidencia que a gestão do FUNPHAN deve compreender três categorias de Municípios: os que possuem bens culturais tombados somente por um Ente federado (nível municipal, estadual ou federal); os com bens culturais tombados por mais de um Ente federado (níveis municipal e estadual, municipal e federal, estadual e federal ou municipal, estadual e federal); e por fim, os com bens culturais tombados em nível federal, que também sejam reconhecidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como “Patrimônio Mundial Cultural”.

Assim sendo, a emenda é necessária, já que o parágrafo único do art. 1º do PL 1.893/2019, apesar de não excluir Municípios, dá preferência, no âmbito dos repasses de recursos financeiros, aos Municípios com patrimônio cultural reconhecido pela UNESCO.

Ou seja, haja vista que as competências constitucionais municipais que foram destacadas acima dizem respeito a todos os Municípios - e não apenas aos que possuem “Patrimônio Mundial Cultural” -, explicita-se as diferentes categorias de Municípios, visando garantir que sejam consideradas as especificidades locais de todo o Brasil.

Além disso, o texto da emenda evidencia, no caso dos Municípios com bens culturais tombados em nível federal, que também sejam reconhecidos pela UNESCO, a necessidade de ser observado o Decreto 9.763, de 11 de abril de



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB

2019, que regulamenta o disposto no inc. XI do art. 5º da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, com vistas a desenvolver, ordenar e promover os segmentos turísticos relacionados com o Patrimônio Mundial Cultural e Natural do Brasil.

O art. 1º do PL 1.893/2019 estabelece como finalidade do FUNPHAN “assegurar recursos financeiros para a execução de projetos de conservação e de gestão de bens culturais tombados”.

A fim de ampliar esse escopo, tendo em vista o conjunto de competências constitucionais municipais nesse aspecto e criar condições para o desenvolvimento de uma perspectiva de preservação estruturante e de longo prazo, o texto da emenda prevê que sejam beneficiados com recursos financeiros do FUNPHAN projetos de conservação e de gestão de bens culturais tombados, de modo a contemplar não somente a preservação do patrimônio cultural em si, como, também, o uso sustentável do bem cultural tombado, em consonância com a sua conservação. Para evitar que um excesso de recursos destinados a gestão provoque o subfinanciamento de projetos de conservação, sugerimos a priorização desses projetos.

Nesse sentido, o texto da emenda estabelece que o FUNPHAN será gerido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), entidade atualmente vinculada ao Ministério da Cidadania.

Sala das sessões, em 14 de maio de 2019.

**Deputado Tadeu Alencar
(LÍDER DO PSB)**



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB

COMISSAO DE CULTURA
PROJETO DE LEI Nº 1.893 de 2019
(Do Sr. RENILDO CALHEIROS)

Institui o Fundo Especial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - FUNPHAN.

Emenda nº 2

O art. 4º do Projeto de Lei nº 1.893 de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.4º. A gestão do FUNPHAN, nos termos do regulamento, poderá contar com a participação de representantes do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC, do Conselho Nacional de Turismo – CNT e dos Conselhos estaduais e municipais de preservação do patrimônio cultural, de cultura e de turismo, além de outros representantes da sociedade civil.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O art. 4º do PL 1.893/2019 entende que a gestão do fundo deve contar com a participação de representantes da sociedade civil oriundos de Estados brasileiros, de forma a não contemplar as instâncias oficiais de participação social dos âmbitos federal e municipal.

Assim sendo, a emenda sinaliza a possibilidade da participação de representantes do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), do Conselho Nacional de Turismo (CNT) e dos conselhos estaduais e municipais de preservação do patrimônio cultural, de cultura e de turismo. Nesse sentido, o texto da emenda estabelece que o FUNPHAN possibilitara a participação de representantes de conselhos nacionais, estaduais e municipais.

Sala das sessões, em de maio de 2019.

**Deputado Tadeu Alencar
(LÍDER DO PSB)**



**COMISSAO DE CULTURA
PROJETO DE LEI Nº 1.893 de 2019
(Do Sr. RENILDO CALHEIROS)**

Institui o Fundo Especial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - FUNPHAN.

Emenda nº 3

O art. 3º e os §1º, §2º e §3º do art. 3º do Projeto de Lei nº 1.893 de 2019, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Os recursos financeiros do FUNPHAN serão aplicados, nos termos do regulamento, em projetos de conservação e de gestão de bens culturais tombado, que também poderão ser beneficiados com recursos financeiros oriundos dos mecanismos que compõem o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC, conforme trata a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

§1º Os recursos financeiros do FUNPHAN, que priorizarão os projetos de conservação, serão repassados por meio de transferência direta, simplificada, transparente e em plataforma única, da União aos Estados e Municípios, assegurada a obrigatoriedade de repasses financeiros regulares, automáticos e equitativos.

§2º A liberação de recursos prevista no §1º fica condicionada à contrapartida financeira ou de outra natureza por parte do Ente federado beneficiado, além de prestação de contas ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.”

(NR)

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com os incisos III e IV do art. 23 da Constituição Federal, são competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; e impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.

Aos Municípios, conforme o inciso IX do art. 30 da Carta Magna, compete promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB

Nesse aspecto, ainda é importante evidenciar que a Constituição Federal em seu §1º do art. 216, determina que o poder público, com a colaboração da comunidade, deve promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação.

Diante das competências constitucionais municipais, no tocante ao patrimônio cultural, faz-se então necessário garantir recursos financeiros originários do Fundo Especial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (FUNPHAN) aos Municípios.

O art. 3º do PL 1.893/2019 estabelece que os recursos financeiros do FUNPHAN serão aplicados em ações de recuperação e preservação do acervo patrimonial histórico, artístico e arquitetônico nacional.

A fim de ampliar esse escopo, tendo em vista o conjunto de competências constitucionais municipais nesse aspecto e também criar condições para o desenvolvimento de uma perspectiva de preservação estruturante e de longo prazo, o texto da emenda prevê que sejam beneficiados com recursos financeiros do FUNPHAN em ações de recuperação e preservação do acervo patrimonial tombado, de modo a contemplar não somente a preservação do patrimônio cultural em si mas o que engloba iniciativas de restauração, de gestão de riscos e prevenção de desastres, de acessibilidade, dentre outras, como também, o uso sustentável do bem cultural tombado, em consonância com a sua conservação.

Nesse sentido, ainda se destaca a importância de ser contemplado no texto do projeto de lei, o aspecto da gestão de riscos e prevenção de desastres, haja vista que devem ser evitados os episódios como o do incêndio que destruiu em setembro de 2018 grande parte do acervo e da sede do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Assim sendo, o texto da emenda prevê a necessidade de ser observada a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que versa, dentre outros aspectos, sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC.

Ademais, nesse ínterim, ainda deve ser considerado o aspecto da acessibilidade, a fim de garantir os direitos culturais das pessoas com



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB

deficiência, assim como estabelece a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que se trata do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O texto da emenda evidencia, no caso dos Municípios com bens culturais tombados em nível federal, que também sejam reconhecidos como “Patrimônio Mundial Cultural” pela UNESCO, a necessidade de ser observado o Decreto 9.763, de 11 de abril de 2019, que regulamenta o disposto no inciso XI do art. 5º da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, com vistas a desenvolver, ordenar e promover os segmentos turísticos relacionados com o Patrimônio Mundial Cultural e Natural do Brasil.

O §1º do art. 3º do Projeto de Lei nº 1.893/2019, prevê também que as transferências de recursos financeiros ocorram por meio de “convênios e outros instrumentos de cooperação, firmados pela União com Estados e Municípios”.

Contudo, entende-se que é fundamental que seja criada, no âmbito da Cultura, a transferência de recursos financeiros federais aos Municípios, de forma direta e não apenas por meio de convênios e contratos de repasse.

A forma direta desburocratiza tornando o repasse simplificado e transparente que irá contar com uma plataforma única e também ficando condicionada a prestação de contas ao IPHAN, com isso assegura a obrigatoriedade de repasses financeiros regulares, automáticos e equitativos, a fim de que os Municípios tenham melhores condições de estruturar tecnicamente e financeiramente sua gestão pública de cultura, em curto, médio e longo prazo, no que se refere à preservação do patrimônio cultural.

Sala das sessões, em de maio de 2019.

**Deputado Tadeu Alencar
(LÍDER DO PSB)**

COMISSÃO DE CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 1.893, DE 2019

Institui o Fundo Especial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - FUNPHAN

Autor: Deputado RENILDO CALHEIROS

Relatora: Deputada ALICE PORTUGAL

I - RELATÓRIO

Este projeto de lei tem por objetivo instituir o Fundo Especial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - FUNPHAN, com a finalidade de assegurar recursos financeiros para execução de **ações de recuperação e preservação do acervo patrimonial tombado pela União e pelos Estados**. Os recursos do Fundo serão destinados **preferencialmente para os Municípios brasileiros que possuam no respectivo território bens patrimoniais declarados como “Patrimônio Mundial” pela Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura – UNESCO**.

O art. 2º do projeto prevê como receitas para o fundo: (i) recursos orçamentários da União; (ii) um por cento da renda líquida dos concursos de prognósticos administrados pela Caixa Econômica Federal; (iii) produto de operações de crédito internas e externas; (iv) doações e legados de pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras; (v) recursos de fundos patrimoniais (endowment funds), criados com o objetivo de arrecadar, gerir e destinar doações de pessoas físicas e jurídicas privadas para programas, projetos e demais finalidades de interesse público, em conformidade com o disposto na Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019; (vi) repasses de organismos internacionais com atuação na área cultural ou na proteção a



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alice Portugal

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212271947000>



patrimônios da humanidade; (vii) transferências resultantes de convênios firmados com os demais entes federados; (viii) recursos de outras fontes previstas em lei.

O art. 3º determina que os recursos do FUNPHAN serão aplicados **exclusivamente em projetos e atividades de recuperação e preservação do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico nacional**, nos termos do regulamento, sem prejuízo da implantação de ações no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC. Além disso, a aplicação dos recursos do Fundo poderá ser feita por meio de convênios e outros instrumentos de cooperação firmados pela União com Estados e Municípios que possuam acervo tombado. Acrescenta-se ainda que a **liberação de recursos fica condicionada a contrapartidas financeiras ou de outra natureza por parte dos entes federados beneficiados nos termos definidos em cada convênio**.

Terão preferência na liberação de recursos da União os Estados cujo Fundo de fomento à cultura, criado nos termos do § 6º do art. 216 da Constituição Federal, apoia financeiramente projetos de preservação de bens tombados nos respectivos territórios.

O art. 4º estabelece que a **gestão do Fundo poderá contar com a participação de representantes da sociedade civil oriundos dos Estados nos quais haja bens de reconhecido valor cultural**, nos termos de regulamento.

Nos termos da Justificação, o projeto tem a finalidade de assegurar recursos para a execução de ações de recuperação e preservação do acervo patrimonial tombado em todo o território nacional. Além disso, poderá atender também os casos especiais em que são declarados como “Patrimônio Mundial” pela Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura – UNESCO. A preservação desse rico patrimônio, acumulado ao longo do tempo, em muitos casos com o imenso sacrifício de abnegados, demanda fluxo constante e significativo de recursos público, sob pena de ocorrer a inevitável e irrecuperável degradação dos bens.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alice Portugal
 Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212271947000>



* C D 2 1 2 2 7 1 9 4 7 0 0 0 *

No prazo regimental foram apresentadas na Comissão de Cultura três emendas pelo Deputado Tadeu Alencar. São elas:

- EMC nº 1/2019: dá nova redação ao art. 1º, de forma a incluir dentre os beneficiários **projetos de conservação e de gestão** de bens culturais tombados em nível federal, estadual ou municipal, com **prioridade para projetos de conservação**. Determina que os recursos financeiros do FUNPHAN que forem destinados aos Municípios observarão, nos termos do regulamento, três categorias: a) Municípios com bens culturais tombados somente por um ente federado; b) Municípios com bens culturais tombados por mais de um ente federado; e c) Municípios com bens culturais tombados em nível federal, que também sejam reconhecidos como “Patrimônio Mundial Cultural” pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, observado o Decreto 9.763, de 11 de abril de 2019;

- EMC nº 2/2019: dá nova redação ao art. 4º, de forma a determinar que **a gestão do FUNPHAN, nos termos do regulamento, poderá contar com a participação de representantes do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC, do Conselho Nacional de Turismo – CNT e dos Conselhos estaduais e municipais de preservação do patrimônio cultural, de cultura e de turismo**, além de outros representantes da sociedade civil; e

- EMC nº 3/2019: determina que **os recursos financeiros** do FUNPHAN, que priorizarão os projetos de conservação, **serão repassados por meio de transferência direta**, simplificada, transparente e em plataforma única, da União aos Estados e Municípios, assegurada a obrigatoriedade de repasses financeiros regulares, automáticos e equitativos. A liberação de recursos fica condicionada à contrapartida financeira ou de outra natureza por parte do ente federado beneficiado, **além de prestação de contas** ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

A matéria encontra-se distribuída à Comissão de Cultura (CCult), para exame de mérito; à Comissão de Finanças e Tributação (CFT), para exame de mérito e parecer terminativo de adequação financeira e orçamentária; e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC),



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alice Portugal
 Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212271947000>



* CD212271947000 *

para parecer terminativo de constitucionalidade e juridicidade. O rito de tramitação é o ordinário.

II - VOTO DA RELATORA

A matéria das proposições em exame é de extrema e urgente relevância: assegurar recursos para a execução de ações de recuperação e preservação do acervo patrimonial tombado em todo o território nacional e dos casos especiais em que também são declarados como “Patrimônio Mundial” pela UNESCO.

Como bem destacado na Justificação do projeto, “A preservação desse rico patrimônio, acumulado ao longo do tempo, em muitos casos com o imenso sacrifício de abnegados, demanda fluxo constante e significativo de recursos públicos sob pena de ocorrer a inevitável e irrecuperável degradação dos bens.”

A proposta para o FUNPHAN conta com diferentes fontes de recursos, como 1% da renda líquida dos concursos de prognósticos administrados pela Caixa Econômica Federal, doações de organismos internacionais, fundos patrimoniais, produto de operações de créditos dentre outros. Destacamos também o mecanismo que prevê a liberação de recursos condicionada a contrapartidas financeiras ou de outra natureza por parte dos entes beneficiados nos termos definidos em cada convênio; e a preferência para os Estados cujo Fundo de fomento à cultura apoia financeiramente projetos de preservação de bens tombados nos respectivos territórios. Essas medidas contribuem para que o financiamento e as ações para preservação do patrimônio cultural tombado se desenvolvam de forma mais cooperativa e integrada entre as três instâncias federativas.

As três emendas apresentadas incluem, dentre as possibilidades de financiamento do FUNPHAN, projetos de conservação e gestão do patrimônio tombado, cujo repasse passaria a ser feito por **meio de transferência direta**, simplificada, transparente e em plataforma única, da União aos Estados e Municípios, assegurada a obrigatoriedade de **repasses**

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alice Portugal

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212271947000>



financeiros regulares, automáticos e equitativos. Acreditamos que a inclusão proposta nas emendas exigirá um fluxo de recursos maior e mais regular do Fundo, em razão das despesas de gestão e conservação. Prejudica, portanto, o objetivo inicial de recuperação do patrimônio tombado. A gestão deve contar com sua própria fonte de financiamento, dado que exige uma outra dinâmica de gastos e planejamento. Não somos, favoráveis, portanto, ao acolhimento das emendas.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.893, de 2019, do Deputado Renildo Calheiros, e pela rejeição das Emendas de Comissão (EMC) nºs 1/2019, 2/2019, e 3/2019, do Deputado Tadeu Alencar.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputada **ALICE PORTUGAL**
Relatora



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alice Portugal
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212271947000>



* C D 2 1 2 2 7 1 9 4 7 0 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 1.893, DE 2019

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Cultura, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação o Projeto de Lei nº 1.893/2019, e pela rejeição da Emenda 1/2019 da CCULT, da Emenda 2/2019 da CCULT, e da Emenda 3/2019 da CCULT, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Alice Portugal.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Alice Portugal - Presidente, Alê Silva, Alexandre Padilha, Aroldo Martins, Benedita da Silva, David Miranda, Jandira Feghali, Lídice da Mata, Luiz Lima, Túlio Gadêlha, Waldenor Pereira, Chico D'Angelo, Darci de Matos, Diego Garcia, Erika Kokay, Professora Rosa Neide, Sâmia Bomfim e Tadeu Alencar.

Sala da Comissão, em 23 de novembro de 2021.

Deputada ALICE PORTUGAL
Presidente

Apresentação: 23/11/2021 17:04 - CCULT
PAR 1 CCULT => PL1893/2019

PAR n.1



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alice Portugal
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD217560530400>



* C D 2 1 7 5 6 0 5 3 0 4 0 0 *